



ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE NO MUNICÍPIO DE JABOTI/PR: fundamentos teórico-metodológicos.

RESUMO

A família é núcleo fundante e determinante para a vida em sociedade e sua reprodução, sendo instituição primordial para a formação do ser social, no que tange a garantia de direitos fundamentais para o convívio e a ordem social. Assim, o Programa Família Paranaense, programa do Governo do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, responsável pelas políticas de assistência social e garantia de direitos, fazem o acompanhamento das famílias vulneráveis, identificando as suas potencialidades e os recursos existentes, para definir o plano que a ajudará a promover o seu desenvolvimento autônomo. Este artigo tem como objetivo descrever o funcionamento do Programa Família Paranaense, a partir do acompanhamento familiar, buscando apresentar as mudanças originadas nas famílias visando à emancipação no plano individual, social e político. Para isso, será apresentado o Programa Família Paranaense e seus objetivos, apontando os indicadores de vulnerabilidade social na qual selecionará as famílias pelo Índice de Vulnerabilidade Social a ser acompanhada pela equipe técnica. O acompanhamento da equipe técnica dar-se-á pelo planejamento de ações individuais e grupais no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais para a melhoria da condição de vida. Por fim, destacaremos o trabalho teórico-metodológico realizado pela equipe técnica do município de Jaboti/PR no planejamento e nas atividades de atendimento as famílias prioritárias.

Palavras-chave: Assistência Social. Programa Família Paranaense. Acompanhamento familiar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The family is the founding and decisive nucleus for life in society and its reproduction, being a primordial institution for the formation of the social being, regarding the guarantee of fundamental rights for coexistence and social order. Thus, the Family Paranaense Program, a program of the Government of the State of Paraná, coordinated by the Secretary of State for the Family and Social Development, responsible for social assistance policies and guaranteeing rights, monitors vulnerable families, identifying their potential and the existing resources, to define the plan that will help to promote its autonomous development. This article aims to describe the operation of the Family Paranaense Program, based on family monitoring, seeking to present the changes that originated in families, aiming at emancipation at the individual, social and political level. For this, the Family Paranaense Program and its objectives will be presented, pointing out the indicators of social vulnerability in which families will be selected by the Social Vulnerability Index to be monitored by the technical team. The monitoring of the technical team will take place through the planning of individual and group actions to strengthen family and social bonds to improve living conditions. Finally, we will highlight the theoretical-methodological work carried out by the technical team of the municipality of Jaboti/PR in the planning and in the activities of assistance to priority families.

Keywords: Social assistance. Family Paranaense Program. Family follow-up. Public policy.



1 INTRODUÇÃO

Em acordo com o materialismo histórico-dialético, adota-se a constituição do ser social através da relação dialética subjetividade - objetividade. Segundo Engels (1984, p. 2), “o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata”, grosso modo, a possibilidade da abstração – consciência – o fator decisivo para o surgimento do ser social.

Para o autor, a produção e essa reprodução são de dois tipos: 1) a produção dos meios de existência (alimentos, moradia, ferramentas etc.); 2) a produção do próprio sujeito para a continuação da espécie. Sendo estes dois tipos de produção formas para a ordem social, a gênese da família se dá pelo imperativo da produção da vida do ser social.

Por esse pressuposto, a família, então, é núcleo fundante e determinante para a vida em sociedade e sua reprodução. Contudo, sabe-se que a produção, seja ela de objetos ou de subjetividades, é determinada pelo momento dentro de um processo histórico. A vida do ser social tem um princípio e um fim dentro de um processo histórico.

Desta forma, a produção do ser social será definida por sua relação dialética com o mundo na qual está inserido. Por esses e outros motivos que temos a família como instituição primordial para a formação do ser social, no que tange a garantia de direitos fundamentais para o convívio e a ordem social.

Desta forma, o Programa Família Paranaense, programa do Governo do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, responsável pelas políticas de assistência social e garantia de direitos, através da equipe técnica estadual e municipal, fazem o acompanhamento das famílias vulneráveis, identificando as suas potencialidades e os recursos existentes, para definir o plano que a ajudará a promover o seu desenvolvimento autônomo.

Este artigo tem como objetivo descrever o funcionamento do Programa Família Paranaense, a partir do acompanhamento familiar, buscando apresentar as mudanças originadas nas famílias visando à emancipação no plano individual, social e político.

Para isso, será apresentado o Programa Família Paranaense e seus objetivos, apontando os indicadores de vulnerabilidade social na qual selecionará as famílias pelo Índice de Vulnerabilidade Social a ser acompanhada pela equipe técnica. O acompanhamento da equipe técnica dar-se-á pelo planejamento de ações individuais e grupais no fortalecimento dos

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



vínculos familiares e sociais para a melhoria da condição de vida. Por fim, destacaremos o trabalho teórico-metodológico realizado pela equipe técnica do município de Jaboti/PR no planejamento e nas atividades de atendimento as famílias prioritárias.

2 SOBRE O PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

O Programa Família Paranaense (PFP) tem como objetivo “promover a autonomia e o protagonismo das famílias em maior situação de vulnerabilidade social e risco em todo o Estado, por meio da articulação e consolidação de uma rede integrada de proteção que promova ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde elas vivem” (PARANA, 2012, p. 5).

O programa foi criado pela Lei nº 17.734/2013, de 29 de outubro de 2013, executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, “por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade”, a efetivação das ações no objetivo do programa se dá por “programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social”, destinados à “proteção e promoção das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social” (PARANÁ, 2013, s/p.).

Com uma metodologia própria, o programa atribui à vulnerabilidade social as dimensões: Perfil e composição familiar, Adequação do domicílio, Acesso ao trabalho e à renda na família e Condições de escolaridade.

Entende-se como vulnerabilidade social a ausência de direitos garantidos pelo Art. 6º, da Constituição Federal de 1988, na qual interferem na dignidade da pessoa e nos seus direitos fundamentais. Adota-se como Direitos Sociais os dispostos em lei:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Assim, grupos vulneráveis são formados por pessoas que possuem certas características ocasionadas pela inexistência das garantias de direitos, sejam elas fundamentais, sociais ou políticos. Na categoria de *estar* pertencente a uma condição de vida, exemplo: crianças, idosos, miseráveis, desempregados. Diferente dos grupos vulneráveis, as minorias são grupos de

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



peças formado pela condição de *ser*, “casos em que o estigma aferido a dado tempo e lugar em uma certa sociedade é sempre integral e generalizado, pois dizem respeito ao seu ser (e não a um estar), levando a um círculo vicioso de exclusão, vulnerabilidade e violação de direitos” (SILVA, 2015, p. 12).

Com esta inexistência ou ineficácia das políticas de garantias de direito, encontramos famílias com múltiplas dificuldades, não apenas de um único direito infringido, mas sim, sua vivência é mergulhada em diversos fatores de risco complexos que contribuem para o mau funcionamento da estrutura familiar.

Segundo Sousa (2005, p. 16) as famílias multidesafiadas “apresentam uma história mórbida, repleta de exemplos de tratamentos falhados, desenvolvimento de sintomas nos seus membros, crises familiares múltiplas, instabilidade profissional e funcionamento interpessoal seriamente afetado”.

Para Governo (2012, p. 2) “estas famílias não se definem pela presença de um sintoma preciso, mas antes por uma forma de estar e de relacionar-se que implica uma série de problemas que afetam um número indeterminado de elementos, variando qualitativa e quantitativamente”. Importante ressaltar sobre o trabalho realizado pela autora sobre a conceituação de famílias pobres multidesafiadas, para Governo (Ibidem, p. 1) pobreza não está “associado à insuficiência de rendimentos e/ou consumos”, é mais amplo que isso, “abrangente que implica a desintegração social a outros níveis, como o econômico, social, cultural, ambiental e político” (Idem).

Neste sentido, o Programa Família Paranaense dá um salto além do adotado pelo Programa Bolsa Família, na qual, toma em consideração apenas a renda autodeclarada no Cadastro Único (CadÚnico). Em contrapartida, o Programa Família Paranaense não considera a renda como fator único de vulnerabilidade social, mas também fatores como: tipo de domicílio que família reside, esgoto sanitário, presença de trabalho infantil na família, analfabetismo, desemprego, renda, evasão escolar, defasagem idade/série escolar, entre outros. Assim, desconsidera as políticas públicas da Assistência Social apenas para a classe pobre, mas igualmente para todo o público social.

3 METODOLOGIA

3.1 Operacionalização do Programa Família Paranaense

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Para a inserção da família no Programa Família Paranaense, primeiramente, é necessário que a mesma esteja cadastrada no Cadastro Único (CadÚnico)¹, base de dados do governo federal, na qual é utilizado para que famílias de baixa renda possam participar dos programas sociais do Governo Federal.

O CadÚnico é autodeclaratório, podem ser cadastradas as famílias de baixa renda que ganham por mês até meio salário mínimo por pessoa; que ganham por mês até 3 salários mínimos no total; que buscam participar de algum programa social que peça o cadastramento no Cadastro Único, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, Programa Bolsa Família, Bolsa Verde, Tarifa Social de Energia Elétrica, Aposentadoria para pessoa de baixa renda (dona de casa), Isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, Programa Nacional de Reforma Agrária, Auxílio Emergencial Financeiro (Bolsa Estiagem), entre outros.

Para o Programa Família Paranaense, os dados informados pela família no CadÚnico são transformados em indicadores, na qual serão utilizados para a mensuração da vulnerabilidade, conseqüentemente, o resultado desta mensuração é transformado no Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVFPR).

[...] o IPARDES desenvolveu, em conjunto com a SEDS, um índice sintético, chamado de Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVFPR), para medir essa vulnerabilidade e conseguir elencar as famílias prioritárias ao Programa. Essa ferramenta foi construída para criar uma maneira objetiva, que pudesse ser comparável em todos os municípios, para selecionar famílias prioritárias no atendimento intersetorial. Essa medida leva em consideração indicadores importantes da situação familiar que ultrapassam o simples critério da insuficiência de renda na priorização do atendimento e atenção à família (PARANÁ, 2012, p. 14).

O IVFPR é construído pela consideração de 19 componentes, distribuídos em 4 dimensões. Segundo IPARDES (2012), as dimensões são conceituadas como:

- *Perfil e composição familiar*: esta dimensão agrega informações da composição da família que não se modificam necessariamente por intervenções do poder público, mas que exigem atenção prioritária das políticas públicas. A discussão sobre arranjos familiares abrange as características de famílias, considerando-se as novas necessidades e expectativas da

¹ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras (BRASIL, 2018, s/p.).



sociedade advindas de mudanças na estrutura familiar, na estrutura ocupacional e no ciclo de vida em que as pessoas são menos constrangidas por tipos tradicionais de comportamento em relação a grupos de idade e gênero, além de mudanças nas condições econômicas (p. 13).

- *Adequação do domicílio*: esta dimensão reúne dados a respeito das condições de moradia do domicílio em que a família reside. Há diferentes fontes de inadequação da situação de moradia das famílias. A precariedade e vulnerabilidade habitacional constitui um tema importante nas últimas décadas, em que esforços para identificação de assentamentos precários e dimensões de risco das ocupações humanas têm ganho corpo conceitual (p. 11).

- *Acesso ao trabalho e à renda na família*: esta dimensão leva em conta o quanto de renda a família dispõe para suprir suas necessidades contando com todos os rendimentos declarados de todas as pessoas da família, bem como indica a condição de trabalho remunerado dos adultos que compõem a família (p. 16).

- *Condições de escolaridade*: esta dimensão particulariza as questões a respeito do acesso e do desenvolvimento escolar dos componentes da família, retratando o acesso à escola e a defasagem escolar (p.19).

Segundo a Nota Técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2012), o IVFPR tem como proposta: 1) caracterizar a situação das famílias por meio de variáveis que representam algumas das dimensões envolvidas na ideia de vulnerabilidade; 2) quantificar as famílias do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) em condições identificadas como de vulnerabilidade no Paraná, seus municípios e regiões; e 3) identificar graus de vulnerabilidade segundo suas diferentes dimensões, por município.

Assim, cada família cadastrada no CadÚnico terá seu IVFPR, esse número será entre 0 e 1, com 4 casa decimais (ex.: 0, 6123), quanto maior for o número, maior é o índice de vulnerabilidade (ex.: família A tem um IVFPR de 0,7893, enquanto que a família B tem um IVFPR de 0,4295, então a família A é mais vulnerável que a família B). Do total das famílias cadastradas, será realizado uma linha de corte para as famílias em alta vulnerabilidade. As famílias com alto índice de IVFPR serão abordadas como prioridades, sendo selecionadas para o Plano de Ação Intersetorial da Família.



O Plano de Ação Intersetorial da Família consiste no principal instrumento do Programa Família Paranaense. Por meio dele, as famílias serão identificadas, retratadas e ações serão planejadas integralmente para cada uma delas, bem como serão acompanhadas pelos Comitês em todos os municípios participantes do Programa Família Paranaense (PARANÁ, 2018a, p. 1).

Não se pode confundir o Plano de Ação Intersetorial da Família com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), por coincidências ambas as propostas podem utilizar a mesma sigla. Assim, utilizar-se-á PAIF para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família ou Proteção Social Básica², esse é oferecido pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com o objetivo de apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Já o Plano de Ação Intersetorial da Família consiste no protocolo de atendimento a família que adere ao Programa Família Paranaense. O Plano de Ação é composto por cinco etapas³:

1º) *Seleção e adesão da família*: as famílias selecionadas pelo IVFPR, não significa que estão incluídas no programa automaticamente. Pelo IVFPR, consequentemente, com a linha de corte, tem-se as famílias aptas a participarem do programa, porém, a adesão da família ao programa só se concretizará com a autorização do responsável da família pelo documento chamado “termo de compromisso da família”.

2º) *Diagnóstico da família*: consiste de dados quantitativos e qualitativos. São quantitativos os dados (pontuação) que sustentam o IVFPR. São qualitativos quando a equipe técnica (comitê local) entrevistam os “aspectos de investigação” para colher dados para descrever o contexto familiar, condições de vida e, porque não, da própria subjetividade (essencial para a emancipação).

² A Proteção Social Básica engloba as ações preventivas, de convivência, socialização, inserção e acolhida, voltadas prioritariamente para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, visando desenvolver potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nessa modalidade, estão incluídos os serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização e os benefícios de prestação continuada, eventuais e outras formas de transferência de renda como, por exemplo, os benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família. A realização dessas atenções se concretiza nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS (BRASIL, 2008, p. 47).

³ O Manual de Orientação (PARANÁ, 2018) aponta 4 etapas: seleção e adesão da família, diagnóstico da família, plano de ações, acompanhamento das ações. Contudo, no próprio manual informa que o acompanhamento das ações “ainda não (está) disponível no sistema”. Acredita-se que este manual de orientação não está completo, assim, acrescenta-se a parte do desligamento da família no programa.



Os aspectos de investigação, na qual será construído o plano de ações, se amplia em outras categorias daquelas utilizadas para a construção do IVFPR. São analisadas as dimensões: Direitos de crianças e adolescentes, documentação civil básica, domicílio, saúde, segurança alimentar, trabalho e renda, vínculos familiares e comunitários e violência e direito humanos.

3º) *Plano de ações*: pautado nos “aspectos de investigação” elaborado no diagnóstico familiar, o plano de ações são um conjunto de práticas, do Estado, pela rede de atendimento, e pela família, para a melhoria das condições de vida dos membros da família (enquanto particularidade) e da família (enquanto totalidade).

4º) *Acompanhamento das ações*: durante o processo de execução das ações, a família será acompanhada pela rede de atendimento (Agentes comunitárias, médicos, assistentes sociais, psicólogos, professores, secretários etc.) como instrumento mediador.

5º) *Desligamento*: com a realização das ações, informando o sistema do programa, o IVFPR será recalculado, conseqüentemente, com as ações realizadas, espera-se a melhoria das condições de vida, mesmo que momentâneo, porém, o acompanhamento familiar (2 anos), podendo ser pelos serviços do PAIF, utilizando a metodologia do Guia de Orientações para o Acompanhamento Familiar, “busca identificar as suas potencialidades e os recursos existentes, e definir um plano que a ajude a promover o seu desenvolvimento autônomo” (PARANÁ, 2017, p. 12), desta forma o trabalho da equipe técnica visa uma transformação do sujeito, potencializando uma práxis emancipatória.

4 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE NO MUNICÍPIO DE JABOTI/PR

O município de Jaboti/PR possui 724 famílias cadastrado no CadÚnico⁴, a família com o maior índice de vulnerabilidade apresenta um IVFPR de 0,6236, a família com o menor índice, seu IVFPR é de 0,0417. Pela linha de corte determinado pelo programa (IVFPR: 0,4721), 172 famílias (25%) estão em alto risco de vulnerabilidade social.

Destas 172 famílias, até o momento foram incluídas no programa 60 famílias com o diagnóstico finalizado, 107 famílias ainda não foram incluídas, tampouco encerrado o

⁴ Os dados fornecidos pelo CadÚnico são flexíveis diariamente pode haver mudanças decorrentes das atualizações cadastrais. Os dados fornecidos neste artigo são de 09 de julho de 2018.



diagnóstico e 6 famílias foram desligadas do programa. O atendimento familiar está sendo realizado com as 60 famílias em alta vulnerabilidade (IVFPR acima de 0,4721), o acompanhamento familiar está ocorrendo com 104 famílias, 60 em alta vulnerabilidade, 6 desligadas e outras 38 famílias com índice inferior a linha de corte, contudo, foram incluídas, tendo adesão da família, por apresentarem características sociais e subjetivas que necessitam de acompanhamento pela equipe técnica.

Cabe um esclarecimento quando ao entendimento sobre o acompanhamento e atendimento. Têm-se duas noções e possibilidades de abordar os serviços realizados com as famílias do programa: 1^a) intervir com as famílias na concretização do plano de ações elaborado pelo “aspecto de investigação” (diagnóstico); 2^o) O acompanhamento das famílias utilizando a metodologia do Guia de Orientações (PARANÁ, 2017).

Na primeira situação, trata-se de atendimentos realizados pela rede de atendimento municipal. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) (BRASIL, 2012, p. 59), o atendimento consiste na “qualificação da imediata inserção da família, ou de algum de seus membros, em alguma(s) ação(ões) do Serviço”, podendo ser na esfera municipal ou estadual. Este trabalho é o que se entende por intersectorialidade, na qual “promove a criação de grupos com um entendimento comum da realidade, e que trabalham de forma participativa na construção de intervenções integradas em situações complexas” (PARANÁ, 2012, p. 5).

No município de Jaboti/PR a intersectorialidade tem como principais atores: a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Colégio Estadual, Conselho Tutelar e Polícia Militar.

Estes atendimentos versa-se no objetivo realizar as ações propostas no plano de ações dos “aspectos de investigação”, do diagnóstico familiar, podendo ser, como exemplo, a vacinação das crianças da família, obter RG, matricular no ensino básico, entre outros. Nosso entendimento é que, cumprindo com as ações, logo, a atualização do cadastro da família no sistema, seu IVFPR não apresentará a família com índice de alta vulnerabilidade, pois a condicionalidade vulnerável foi suprida. Isto não significa que a qualquer momento a família pode retornar a condição de alta vulnerabilidade, por isso a busca ativa e as atualizações do CadÚnico.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Na segunda situação, o acompanhamento acontece por uma metodologia própria, sem a relação com o plano de ações elaborado pelo “aspecto de investigação”, mas visa promover a “emancipação das famílias. Esse é o grande marco para o enfrentamento das complexas dimensões de exclusão social” (PARANÁ, 2017, p. 13).

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) (BRASIL, 2012, p. 62), o acompanhamento consiste no “conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias”.

Trata-se de um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pelas famílias, a definição dos objetivos a serem alcançados. No âmbito do PAIF tem como finalidade enfrentar as situações de vulnerabilidade social, prevenir a ocorrência de riscos e/ou violações de direitos, identificar e estimular as potencialidades das famílias e territórios, apoiar a família na sua função protetiva, afiançar as seguranças de assistência social e promover o acesso das famílias e seus membros a direitos, sejam civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais (BRASIL, 2012, p. 63).

Assim, o Guia de Orientações apresenta o acompanhamento familiar com o objetivo de “desenvolver estratégias orientadas, especificamente, para interromper as trajetórias de exclusão social e intervir a curto, médio e longo prazo sobre os fatores que explicam as condições de vulnerabilidade e risco” (PARANÁ, 2017, p. 22).

O modelo adotado para o acompanhamento familiar é de 2 anos, consistindo de 4 etapas: 1ª) Pacto relacional e Identificar habilidades; 2ª) Construir sonhos e revisar metas e desenvolver plano de ações; 3ª) Acompanhar plano de ações; 4ª) Graduação.

No município de Jaboti/PR, adotou-se o modelo de acompanhamento por um tempo menor (1 ano), tendo o cumprimento das etapas por encontros mensais. Da mesma forma com as temáticas de cada encontro, adaptando-os conforme as características dos grupos.

Das 104 famílias em acompanhamento, foram divididas aleatoriamente em 4 grupos: 1ª semana: 27 famílias, 2ª semana: 25 famílias, 3ª semana: 27 famílias e, 4ª semana: 25 famílias. Os encontros acontecem todas as quintas-feiras do mês, cada uma delas com um grupo distinto, com duração de 1 hora a 1 hora e meia.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



5 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JABOTI/ PR

O conceito sobre família passa por diferentes compreensões na história, desde a família extensa, com seus diversos membros amarrados por um laço sanguíneo; a família nuclear sendo dos pais e seus filhos até a família tentacular com a inserção de membros sem laços sanguíneos (RODRIGUES-FILHO, COSTA, 2016), assim, é necessário uma definição de família, inclusive para a compreensão do cálculo do índice do CadÚnico e do IVFPR.

As famílias também mudaram (SORJ, 2004; GOLDANI e VERDUGO LAZO, 2004), e multiplicaram-se os tipos de arranjos familiares. Segundo Goldani e Verdugo Lazo (2004), nos últimos 30 anos as famílias brasileiras quase triplicaram de número, o tamanho médio delas se reduziu (de 4,9 para 3,5 pessoas) e suas condições de vida melhoraram. No entanto, “a diversidade de modelos é sua característica mais notável” (idem, 21). Segundo essas autoras, houve uma diminuição importante no número de famílias biparentais com filhos e um crescimento das famílias monoparentais (chefe sem cônjuge) com filhos; observa-se também uma progressão importante das famílias unipessoais (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 70).

O Guia de Orientação trás o conceito de Cercanias (2013 apud PARANÁ, 2017, p. 16) sendo família o “grupo de indivíduos unidos por relações de afeto e/ou parentesco, configurando uma matriz vincular em torno do sustento econômico e da reprodução cultural e/ou biológica. Compartilha uma dimensão tempo-espaço de cotidianidade com singular identidade, história e perspectiva de futuro”.

Para a Política Nacional de Assistência Social, família “é o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade. A família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. Caracteriza-se como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, sendo a família a base fundamental no âmbito da proteção social” (BRASIL, 2018, s/p.).

5.1 Perfil familiar incluídas no Programa Família Paranaense

Toda família possui uma “pessoa responsável pela unidade familiar”, na qual será a referência para o cadastro no CadÚnico. As estatísticas apontam uma crescente, “cada vez mais frequente, de famílias uniparentais que representam 49,3% das famílias dessa base” (IPARDES, 2012, p. 23), muitas destas famílias tendo como pessoa chefe da família as mulheres, na qual,

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



“se encontram sozinhas, assumindo, assim, com ônus elevadíssimo, desafios profissionais e responsabilidades familiares” (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 84).

É senso comum que os arranjos familiares em situação de risco e de maior vulnerabilidade são aqueles chefiados por mulheres sozinhas. Ou seja, a falência do modelo patriarcal de família, que tem na figura masculina o papel do provedor, estaria levando a um empobrecimento crescente das novas gerações, na medida em que muitas crianças estariam sendo criadas, cuidadas e educadas em famílias monoparentais femininas, logo, exclusivamente por mulheres, cuja posição no mercado de trabalho é, comparativamente à dos homens, inquestionavelmente mais desfavorável (salários em média inferiores, menor jornada semanal de trabalho e maior taxa de desemprego etc.) (Ibidem, p. 85).

Dentro das famílias acompanhadas pelo programa, a pessoa responsável é representada por 96% sendo do sexo feminino e 4% do sexo masculino, desta amostra, 38% não possuem cônjuge e 62% possuem um cônjuge. Assim, no caso de cadastro utilizando a mulher como a “pessoa responsável pela unidade familiar” é uma questão de empoderamento, oferecendo à mulher a condição de planejar e utilizar os benefícios conforme a necessidade familiar. No entanto, isso não faz diferença no *score* de vulnerabilidade, haja visto que as “famílias monoparentais femininas registram probabilidade de serem vulneráveis muito semelhante àquela observada nas famílias biparentais chefiadas por homens” (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 89).

A média de idade da pessoa responsável pela unidade familiar é de 34,96 anos. Tendo um índice alarmante (17%) de pessoas responsáveis pela família entre 18 a 25 anos, muitos casos com filhos o que “eleva em muito a probabilidade de qualquer tipo de arranjo familiar ser vulnerável” (Idem), Para as autoras, “isso significa dizer que uma criança provoca impacto negativo três vezes maior na probabilidade de uma família ser vulnerável do que a presença de outros tipos de dependentes sejam eles adolescentes ou idosos sem cobertura previdenciária” (Ibidem, p. 88).

Constata-se, assim, que as mulheres mudaram, e também as famílias, mas o que não parece ter mudado é o compromisso e a responsabilidade que têm as mulheres para com crianças e dependentes idosos – ou seja, para com a esfera familiar –, qualquer que seja o tipo de família em que se encontrem inseridas. A sobrecarga é evidente, pois assumem sozinhas grande parte dos ônus, se pessoas de referência, ou comprometem as chances de crescimento profissional, se cônjuges (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 82).



Por outro lado, o índice de gravidez na adolescência (< de 18 anos) é alarmante, cerca de 10% da pessoa responsável pela família, do sexo feminino, tiveram filhos entre 15 a 18 anos de idade. Entre as famílias que tiveram filhos entre os 15 a 25 anos o índice sobe para 17%. Podendo ampliar estes dados quando se refere às famílias multidesafias quando a pessoa responsável já possui netos ou bisnetos, podendo ser filhos de pais adolescentes.

Famílias vulneráveis que apresentam entre seus membros netos ou netas é um índice baixo, cerca de 5 famílias, para Lavinias e Nicoll (2006, p. 87) “ter um idoso na família é estrategicamente mais eficaz na redução da vulnerabilidade do que contar com a presença de um cônjuge”, isto ocorre pelo acesso dos idosos a rendas do tipo aposentadoria e pensão, assim como de outros benefícios ofertados como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Sobre os cônjuge ou companheiro(a), 97% são do sexo masculino e 3% do sexo feminino, com uma média de idade de 36,77 anos. A faixa etária dos cônjuges varia entre 16 a 60 anos, tendo como maioria entre 26 a 45 anos, contudo, como visto acima sobre a mesma realidade vulnerável entre família monoparental e biparental, o que ocorre, quanto a vulnerabilidade em se tratando de trabalho e renda, os membros adultos da família envolvidos em atividades precárias, sem garantias trabalhistas, tampouco com uma remuneração estável.

Quanto ao filho(a) temos cadastrados 186 filhos(as) cadastrados no programa, isso não significa que a família não possa ter mais filhos(as), no entanto, para cadastramento é apenas dos membros que habitam a casa. Isso pode interferir no índice de vulnerabilidade quando entendemos as famílias como multidesafiadas.

A média de filhos(as) por família é de 1,98 filho/família, a média de crianças e adolescente é de 1,78 criança ou adolescente/família. Com uma média de idade de 9,25 anos. Estes índices indicam a tendência mundial, com exceção dos países africanos e de alguns países do oriente, da baixa taxa de fecundidade.

No período 1980-2000, a taxa de fecundidade total (TFT) manteve sua tendência de declínio, passando de 4,3 para 2,4 filhos por mulher. A PNAD de 2003 apontou uma TFT de 2,3 filhos por mulher e a estimativa é de que, durante a primeira década do século XXI, a taxa de fecundidade atinja o nível de reposição de aproximadamente 2,1 filhos por mulher em idade reprodutiva, número que representa a taxa em que uma geração de filhos repõe a geração de seus pais. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para 2003 indicam um número médio de filhos por



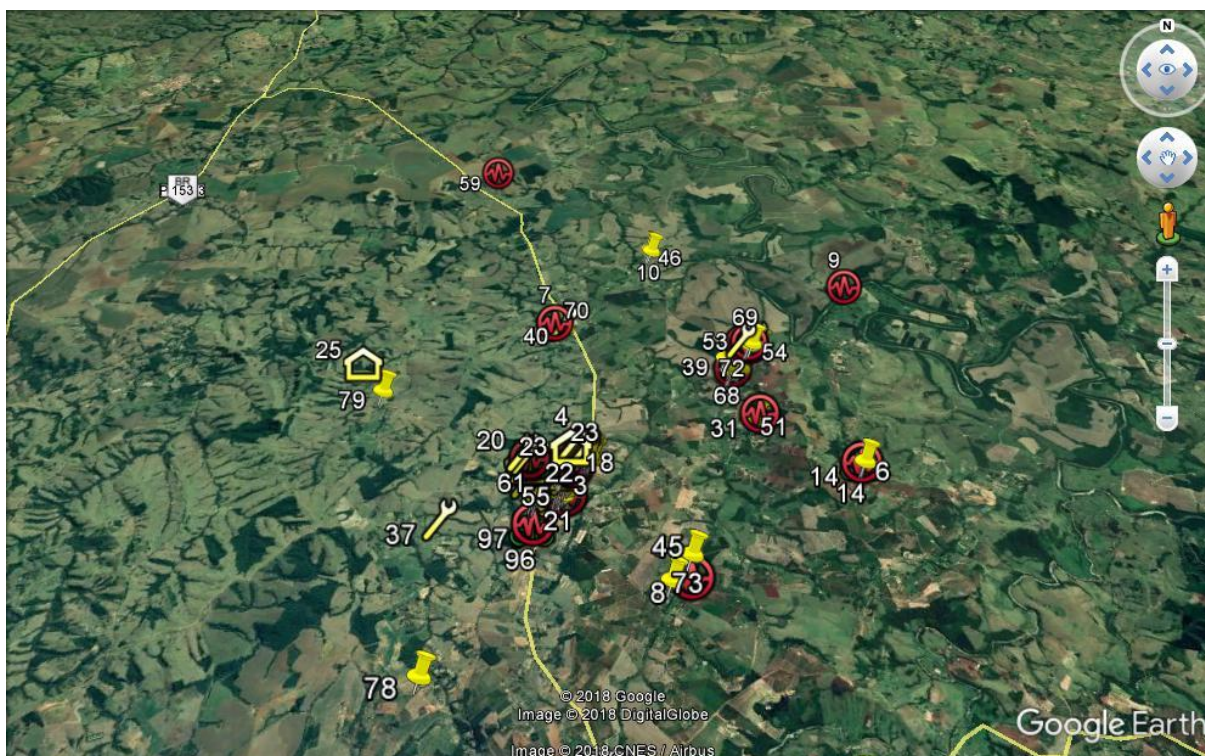
família de 1,4 filhos, contra a média de 1,8 de dez anos antes (LAVINAS; NICOLL, 2006, p. 70).

As perspectivas indicam uma sociedade futura mais idosa, entendendo que o índice de 1,78 filhos(as) são baixas, pois somente as mulheres podem gestar um filho, por isso faz-se necessário um índice de, no mínimo, 2 filhos para a reposição dos pais.

5.2 Mapeamento Territorial

O mapeamento territorial foi realizado sobre as respostas do aspecto de investigação, na qual, tem maior importância conforme destacadas pelo programa com “condição mínima”. Para o mapeamento foi utilizado os endereços informados pelas famílias no sistema do Programa Família Paranaense, para os casos onde as famílias não apresentavam o número da residência ou para os moradores da zona rural, o mapeamento ocorreu pela afinidade da equipe técnica com a família, sabendo onde localiza a residência (Imagem 1).

Imagem 1 – Mapeamento das famílias incluídas no Programa Família Paranaense.



Fonte: Autores.



Como o sistema ainda não possuía uma ferramenta de mapeamento, então, foi utilizado o programa Google Earth, com marcações família-a-família conforme as ações dos aspectos de investigação.

O município de Jaboti/PR possui 4902 habitantes, sendo 1875 (38,2%) moradores na área rural e 3027 (61,8%) moradores da zona urbana. Pelo mapeamento as famílias do programa apresentam 32,3% da zona rural e 67,7% da zona urbana. Esta diferença entre urbano e rural, com expressiva quantidade dos moradores da zona rural, se comparados com os dados nacionais, apontam para as necessidades de políticas públicas em diferentes contextos. O mesmo pode-se dizer dentro do perímetro urbano, na qual, as famílias vulneráveis estão localizadas nos bairros periféricos, muitos moradores destes bairros decorrem de políticas habitacionais, de ocupações, assim, novas formas de moradia.

Se a organização do espaço urbano não esconde os efeitos das relações de poder no seio da sociedade, a omissão do poder público quanto à adequada aplicação dos mecanismos legais de efetivação dos direitos relacionados à moradia digna e à política urbana são marcantes – mesmo em pequenos municípios do interior. A organização do espaço urbano com a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização é condição para efetivação de direitos fundamentais como saúde, a educação e a moradia digna e somente através da maior efetivação desses direitos é possível à construção de indivíduo mais consciente de si, de seus semelhantes das organizações e da comunidade que integra (RODRIGUES FILHO; SILVA, 2016, p. 72).

Assim, os mapas serão expostos com as famílias de cada dimensão vulnerável de duas formas: do município todo (urbano e rural) e do perímetro urbano. Para a dimensão “Direitos da Criança e Adolescente” encontra-se maior incidência nos bairros periféricos da zona urbana, sendo casos de crianças e/ou adolescentes entre 5 e 17 anos que não frequentam a escola, alguma pessoa com menos de 16 anos em situação de trabalho e alguma criança e/ou adolescente fica exposta a situações de vulnerabilidades no período contrário ao das atividades escolares.

Na dimensão “Condição do Domicílio” a quantidade de casos de vulnerabilidade é baixo, contudo, não se nega que poucos casos podem desencadear outros índices de vulnerabilidade do bairro todo, como o saneamento básico de uma moradia desencadeando problemas de saúde. No mapeamento destacou famílias que não possui acesso à água potável, famílias que compartilham o domicílio com outras famílias, neste caso a condição do domicílio



aponta para as famílias multidesafiadas, pois não tem uma casa, está vinculado a questões de renda, trabalho, afetando a saúde, a alimentação, entre outros fatores, desta forma, mesmo apresentando baixos números de casos, a condição do domicílio envolve diversos membros das famílias e do bairro.

Na dimensão “Saúde” com o segundo maior índice de vulnerabilidade, principalmente na zona rural e nos bairros periféricos, esta incidência de casos ocorre pela maior número de determinantes (20 questões) investigados no diagnóstico. Os indicadores apontam para gestantes da família que não estão em acompanhamento pré-natal, alguma pessoa que usa/abusa de álcool e outras drogas e, principalmente, de pessoas da família com diabetes ou hipertensão que não são acompanhadas pelo serviço de saúde.

Para a dimensão “Documentação Civil Básica” apenas 2 casos, na zona urbana de pessoas com idade a partir de 14 anos sem o RG. Porém, este indicador é um dos mais instável, pois a ação é cumprida com maior velocidade. Este indicador acaba sendo baixo, pois a documentação básica é porta de entrada em outras políticas de atendimento, inclusive para o cadastro no CadÚnico, matrícula escolar e atendimentos de saúde.

Por fim, a dimensão “Trabalho e Renda”, a segunda maior dimensão (15 questões) e com maior incidência de casos, sendo o trabalho, conseqüentemente, a renda, possibilidades de suprir as necessidades básicas da família, sendo de saúde mental ou econômica, como visto nas famílias com renda mensal per capita abaixo de R\$ 85,00. Para este público o trabalho, em sua grande maioria, é de atividades precárias, sem garantias trabalhistas, muito menos com carteira assinada.

Milton Santos acrescenta que “a globalização agrava as crises urbanas e, ampliando fenômeno da escassez, aumenta a pobreza e a miséria e estimula a violência”. Ou seja, o problema já não se resume ao espaço de convivência sendo necessário romper a lógica do capital, que estimam os espaços pelas cifras e valores propensos a mercantilização. Mesmo nesse panorama, confirma-se que, a lógica do capital é de cima para baixo, do global para o local, sua inversão exige reencontrar localmente os valores de legitimação do espaço social (RODRIGUES FILHO; SILVA, 2016, p. 76).

O cuidado que surge nesta dimensão está no Estado contribuir para a precarização, apresentando as famílias propostas para desenvolver/aprimorar atividades de artesanato (questão 90), ou mesmo, o de oferecer cursos de qualificação profissional distante da realidade e sem o apoio para o fortalecimento e expansão da atividade.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



6 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: ENCONTROS

6.1 Autoestima

No encontro foi abordado o tema “autoestima” e sobre a dificuldade que a grande maioria tem de elogiar e aceitar um elogio, percebe-se com uma simples dinâmica em que cada participante deveria olhar o outro e dizer alguma qualidade sobre o outro, como é complicado elogiar e enxergar as nossas qualidades, o que temos de bom, bonito, nossas potencialidades, além disso, esse exercício foi importante para ver a dificuldade de não conseguir uma auto-avaliação ou de aceitar as qualidades particulares.

Neste sentido, resgatamos Martin-Baró e seus trabalhos com traumas na população de em El Salvador decorrente das guerras civis na década de 80. Para o autor o trauma como um problema de saúde mental é o resultado de uma vida e suas relações com o social e histórico. Assim, o transtorno psíquicos podem “en unos casos será el individuo el trastornado, pero en otros será una familia entera, un determinado grupo y aún toda una organización” (BARÓ, 2018, p. 3). Longe de uma guerra civil, a público do família paranaense não compartilha deste “sentido comum” sofrido pelo salvadorenho, no entanto, compartilham de histórias e contextos marcados por violências simbólicas e invisíveis ocasionado pela miséria, negligência, abandono etc. (famílias multidesafiadas), tais condições corroboram para o surgimento baixa autoestima como um problema de saúde mental.

Como visto, a maioria das mulheres tem a autoestima baixa, se sentem desvalorizadas pelos companheiros e não se percebem enquanto sujeitas da própria história, ficam esperando o apoio, aprovação dos companheiros, pois não acreditam que podem ser autoras de sua vida.

Foi realizado o ecomapa das famílias, e esta atividade possibilitou a visualização para as famílias das suas relações familiares, e da rede de apoio (instituições e serviços) que estão ligadas. Ex: escola, saúde, igreja, trabalho, assistência social.

Através da construção do ecomapa as famílias puderam ter uma melhor percepção da sua vinculação com a rede de apoio, com a representação conseguiram observar como é formada a sua família, e que todos estão conectados com as instituições e os serviços ofertados pelo município.



6.2 Superação

No tema superação foi utilizado a metáfora da “viagem”, conforme a proposta do Guia de Acompanhamento, convidamos os participantes dos encontros de cada grupo, a pegar suas malas (sua bagagem) a história de vida, e embarcar na viagem, a viagem simboliza, convida a ir em frente, buscar, mudar, transformar, movimentar, sair da zona de conforto, e abrir os olhos para novas vivências e possibilidades.

Nós enquanto técnicos de referência, nos desconstruímos de nossos rótulos, pré-conceitos, julgamentos, começamos a enxergar os usuários com uma perspectiva apreciativa, um olhar empático, nos colocando no lugar do outro, e respeitando suas crenças, opiniões, singularidades, identidades e conhecendo o meio e a realidade em que estão inseridos, e embarcamos juntos na viagem, no momento de planejamento do encontro, começamos a pensar na vida, nos momentos difíceis que já passamos, nas conquistas, nos caminhos percorridos, nas barreiras encontradas, nas dificuldades, e no dia do encontro começamos os relatos por nós. Foi um momento muito emocionante, pois muitas vezes os usuários, criam uma visão equivocada do técnico, e não o identificam como pessoas que também passam por problemas. Nas histórias de superação, ouvimos desabaços de pessoas que ainda estão passando por problemas delicados com seus familiares, e outras que superaram situações difíceis, como doenças com os entes da família, tratamento de câncer, gravidez na adolescência, alcoolismo, violência doméstica na infância, violência intrafamiliar pelo companheiro, entre muitos problemas, situações e experiências dolorosas vividas pelos usuários.

Como técnica, a experiência de parar e fazer uma retrospectiva de tudo que já vivi, foi muito positiva, pois com a correria do dia a dia, não paramos para recordar do passado, e percebi que apesar dos sofrimentos, todas as dificuldades me fortaleceram, me tornaram uma pessoa melhor. Todos esses momentos e passagens, foram experiências e aprendizados que ao recordar percebo que me impulsionaram a mudar, transformar, ter outra visão e enxergar a vida de maneiras diferentes. É na dor, que descobrimos nossas competências e habilidades.

Naquele encontro, conseguimos nos aproximarmos, estabelecermos um vínculo com os participantes, conquistarmos a sua confiança, pois perceberam que todas as famílias passam por problemas, a diferença é a forma com que encaram, e reagem ao se deparar com as dificuldades, após contar suas vivências, foram instigados a analisar de que forma conseguiram superar, sair do problema.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Muitos responderam que buscaram a Deus, que foi milagre, a fé, outros, se apoiaram na família, outros perceberam que foi graças a suas competências, potencialidades e habilidades individuais que chegaram até aqui.

O segundo encontro foi o ponto de partida, para começarem a compreender o que levamos na bagagem, onde queremos chegar? Como chegar?

6.3 Desafios

A metáfora da Vaca que caiu no penhasco foi utilizada no encontro. Contamos a história do mestre e do discípulo, que encontraram uma família muito pobre, que sobrevivia apenas da renda proveniente da única vaca que possuíam. Da venda do leite e de seus derivados. O mestre por sua vez, que vê além do aparente, ordenou a seu discípulo que fosse lá durante a noite, e jogasse a vaca no penhasco, o discípulo mesmo não concordando com a ordem, o fez. Anos depois, o discípulo voltou naquela região, e como se sentia muito culpado pelo ato cometido (jogar a vaca no penhasco), voltou no mesmo lugar para ver o que tinha acontecido com aquela pobre família.

Chegando lá, avistou uma linda casa, maquinários no sítio, criação de animais, e uma bela família, então se aproximou e perguntou o que havia acontecido com as pessoas que moravam ali, rapidamente responderam, somos nós. Há alguns anos atrás, aconteceu uma tragédia neste local, a única vaca que tínhamos caiu no penhasco, e desde então tivemos que descobrir novas fontes de renda, novas possibilidades, usamos nossas habilidades e competências para criar outra forma de sustento.

No meio da história, os participantes do grupo foram questionados se fariam o que o mestre ordenou ou não, alguns responderam que sim, e outros prontamente que não, alegando que a vaca era a única fonte de renda da família. No final do conto, perceberam que a família precisou passar por aquela situação “tragédia”, para sair da zona de conforto, da acomodação, da mesmice e ir em busca de novas possibilidades, oportunidades, acreditar nos seus potenciais e que podem mudar, prosperar, só basta confiar em si mesmo, nas suas competências. Muitos compreenderam a moral da história, que muitas vezes ficamos presos a algumas “vacas” por medo de arriscar, insegurança de tentar, de mudar, nos omitimos, nos calam, deixamos o outro escolher por nós, e esquecemos que somos capazes de grandes conquistas, o primeiro passo é descobrir o que está te prendendo, te podendo, cortando suas asas, jogar no penhasco,

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



se libertar, ter coragem e começar a ser protagonista da sua própria história, fazer escolhas, usar a criatividade, gerenciar sua vida.

Neste mesmo encontro, as participantes do grupo, levaram como tarefa de casa, uma folha, com o nome de cada um de sua família, para se reunirem e pensar em 3 sonhos, um atual, um daqui 10 anos e outro daqui 20 anos.

6.4 Sonhos

Iniciamos a conversa perguntando aos participantes como foi pensar junto com a família nos sonhos de cada um, e muitos ficaram surpresos com o sonho dos familiares, pois a maioria das famílias do programa não costumam se reunir para compartilhar seus sonhos, ou mesmo planejar juntos, a dura realidade os obriga a viver um dia após o outro, tendo pouca ou nenhuma perspectiva do futuro. São famílias que são constantemente desafiadas, tendo em vista que a grande maioria não tem emprego fixo, nem vínculo empregatício, trabalham por dia, e ganham apenas no período de safra das lavouras (café, morango), sua renda é incerta e por isso não podem contar com o dinheiro para fazer planos, prestações, isso dificulta a realização dos sonhos. Ex: (casa própria, carro, faculdade, entre muitos outros).

A preocupação das famílias é em suprir as necessidades básicas dos seus membros, a luta diária é para garantir o básico do básico para a família.

Diariamente as famílias passam por situações em que são testadas, como rendimentos insuficientes ou instáveis, familiares dependentes ou com graves doenças, baixos níveis educacionais, habitação com condições precárias, desemprego, conflitos familiares, entre muitos outros.

As mulheres contaram que alguns companheiros não quiseram falar sobre seus sonhos, e debatendo com o grupo, constatamos que o homem não quer expor seu sonho para a família, pois carrega o peso e o medo de não conseguir tornar o sonho real, e acabar decepcionando e frustrando seus entes, que depositam nele a esperança de uma vida melhor. Então acabam se contentando com o pouco. Acredita que seu desejo está muito distante da realidade que vive, e não consegue enxergar caminhos para chegar no sonho.

Já as mulheres e seus filhos sonham, são mais esperançosos e confiantes, contudo, sabem que os desafios são grandes, mas estão dispostas a percorrer este caminho. Algumas se queixaram que sonham sozinhas, não recebem incentivo, apoio dos pares, e outras contaram



que os companheiros não compartilham do mesmo sonho, e que por causa das críticas e desconfianças acabam desacreditando dos sonhos, e se sentindo desmotivadas a batalhar pelo que almejam.

Pois os filhos, a instabilidade financeira, a falta de oportunidades, o desemprego, os relacionamentos mal sucedidos, são os desafios encontrados para a realização dos sonhos.

A construção das metas, objetivos, prioridades depende de cada um de nós, para que os nossos sonhos se tornem reais, devemos caminhar mesmo que devagar em direção dos nossos sonhos, agir, ampliar a visão, sermos críticos, e ir em busca, para alcançarmos aquilo que queremos.

6.5 Mapa coletivo

O técnico condutor convidou as participantes para realizar uma atividade de reconhecimento e pertencimento dentro do nosso município. Colocou um papel grande no chão, usou canetas e alguns pedaços de madeira pintadas com cores diferentes para simbolizar as principais instituições (políticas públicas) que estamos relacionados, como exemplo: Educação (Escola/ Colégio), Saúde (Posto da Família, Posto de Saúde da Samambaia, Hospital), igreja, Prefeitura Municipal, CRAS, Campo de Futebol, Quadra Esportiva).

E para que os participantes pudessem se situar, se localizar dentro do município, escrevemos os principais bairros da área urbana no papel, (Vila XV, Vila do Luisão, Vila Samambaia, Conjunto Habitacional Santa Clara, Avenida Tiradentes), centro, e os principais bairros da área rural (Água Branca, Vila Rural, Balsa, Herval, Gonçalves, Barra Seca, Pires, Marcianos, entre outros). E depois cada um colocou um pedaço de madeira, no local onde se localiza sua residência, área urbana ou área rural.

Através dessa representação conseguiram compreender que ocupam um espaço dentro do município, e que estão relacionados as instituições e serviços ofertados pelo Município e Estado. Foram provocados a refletir e analisar onde estão localizados, se estão próximos ou distantes dos serviços, e a maioria percebeu que as pessoas que moram no CENTRO tem mais facilidade de acesso ao sistema de oportunidades (instituições e serviços), por estar mais próximos. Já os que residem na área rural e nos bairros periféricos, estão mais distantes da rede de apoio e conseqüentemente passam por mais dificuldades para ter acesso aos serviços.



Debatendo com o grupo, uma das participante levantou uma questão relevante, no Bairro da Água Branca tem posto de Saúde, o prédio foi construído recentemente, e a infraestrutura é boa, no entanto, a equipe médica só oferece alguns serviços e atendimento uma vez na semana, e desta forma, quando necessitam de atendimento acabam tendo que se deslocar, procurando os serviços de saúde nos postos de Jaboti/PR. E da mesma forma acontece com os demais serviços, que embora sejam ofertados, a distância geográfica se torna uma barreira para que as famílias consigam de fato ter acesso aos direitos fundamentais, com um atendimento igualitário.

O grupo compreendeu que muitas vezes, eles fixam suas residências em lugares que a sua condição financeira permite comprar ou alugar. Pois, quanto melhor a localização, maior o valor do terreno.

O grupo analisou com criticidade, os atendimentos prioritários relativos a área da saúde, como por exemplo: agendamentos de exames e encaminhamentos para consultas com médicos especialistas, percebendo que o atendimento de saúde do município, está priorizando ou favorecendo apenas uma pequena parcela da população, e que o conceito de urgência entendido pelos funcionários da saúde se dá mais por relações de afinidade e poder, e não pela enfermidade dos pacientes, e datas de entrega dos encaminhamentos.

Realizando um levantamento das características do 1º grupo, percebemos que a maioria das crianças e adolescentes das famílias estudam no período da manhã, (10, 5 estudam no período da tarde), 3 no período noturno, 8 no CMEI, 3 na APAE, e 5 que não completaram idade para frequentar o CMEI.

Dentre os 19 participantes do 1º grupo, 12 residem na área urbana e 7 na área rural.

Discutimos sobre a questão das melhores condições de vida de quem mora no centro, para que o grupo compreenda e reflita sobre as distinções que as localidades estabelecem, tendo como objetivo, a percepção do grupo que é através da mudança de atitude, da participação, do empoderamento, do conhecimento, da postura crítica, que será possível fazer valer seus direitos, transpor as barreiras geográficas, e lutar pela igualdade de direitos, para que sejam garantidos independente da condição social, econômica, cultural, educacional.

O encontro e a atividade proposta proporcionou ao grupo, o fortalecimento do sentimento de pertença, a reflexão e compreensão sobre sua realidade, conhecimentos relativos ao acesso a Direitos Fundamentais, sociais e políticos.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Para encerrar o quarto encontro, propomos uma dinâmica de “Confiança” com o grupo, a brincadeira do “João Bobo”, dividimos o número de participantes, em grupos de 4 pessoas, e 1 pessoa por vez desse grupo vendou os olhos, e ficou no centro da roda, foi orientado a não ter medo e se deixar levar, permitindo que as demais pessoas do grupo pudessem conduzi-lo, amparando o seu corpo levemente, e empurrando devagar de um lado para o outro para mudar sua direção, não deixando-o cair. Muitos se negaram a participar da dinâmica.

Ao final da brincadeira, o grupo contou como foi a experiência, e a maioria relatou a dificuldade em realizar a dinâmica, devido à falta de confiança nas pessoas, no grupo, na família, no companheiro. Muitos tiveram medo de cair, e não conseguiram sentir-se seguros para se soltar.

Essa dinâmica, possibilitou aos técnicos entender que o grupo é formado por pessoas que tem dificuldade em depositar confiança nos outros, isso acontece porque o processo para a construção da confiança é longo, já o processo para sua desconstrução é curto. As famílias multidesafiadas não conseguem cultivar relacionamentos significativos e duradouros, tendo em vista que, vivenciam diariamente eventos traumáticos, passam por situações difíceis, crises, conflitos intrafamiliares e extrafamiliares, entre outros problemas e todas essas experiências e questões tendem a prejudicar e comprometer a sua capacidade de construir relações de confiança. Sua história de vida, marcada por decepções, falta de apoio, abandono, perdas, desamparo, exclusão, rejeições, vai distanciando as famílias, rompendo e fragilizando seus vínculos e afetando profundamente as suas relações familiares e comunitárias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia adotada no acompanhamento familiar do Programa Família Paranaense trouxe resultados significantes no tocante ao empoderamento e a conscientização das famílias, estas sendo, principalmente, pelas mulheres.

Diferente de outras dinâmicas de grupos utilizada no município na qual não trazia resultados visíveis, tinha-se a explanação de um técnico direcionada ao público, assim consistia, basicamente, os encontros. Mantendo a lógica do opressor-oprimido, um fala, outro escuta.

Com o acompanhamento familiar baseado na metodologia do Família Paranaense, as transformações surgiram desde o primeiro encontro. Primeiramente fragmentou-se o grande grupo de 150 a 200 pessoas, em grupo de no máximo 20 pessoas. Consequentemente tínhamos

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174
DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



um norte estruturado em encontros temáticos, antes executávamos os encontros conforme a possibilidade de um técnico que abordava um tema qualquer.

Os encontros no Família Paranaense mudou a dinâmica de técnico e usuário, sendo agora todos participantes de um encontro com uma temática específica, esta mudança, colocando usuários e técnicos no mesmo nível, participando da mesma forma, quebra a hierarquia e a relação opressor-oprimido, na qual todos são responsáveis pelo encontro. É nesta mudança que percebemos o quanto o grupo está sendo importante para as transformações dos participantes, inclusive dos próprios técnicos que encontram nos grupos um local de resolver as suas angústias profissionais e pessoais.

Percebe-se que a metodologia adotando contos, fábulas e histórias, deixa o encontro mais rico e produtivo no sentido de conscientização. Este fato pode ser visto na história da vaca no penhasco, quando os participantes foram envolvidos na história e participando dela com suas opiniões e conclusões, deduzindo o erro de jogar a vaca no penhasco, já que era o único meio de sobrevivência da família. O pensamento dos participantes considerava apenas o momento, o presente. A moral da história, se é que a história tem uma ou muitas outras, está na perspectiva, no futuro e quanto que nossas vidas é determinadas por fatores de acomodação. Histórias de viver com maridos violentos, histórias de acomodação econômica, de vidas sem perspectivas, de acomodação no funcionalismo público, da perda do emprego etc.

Após o encontro tivemos várias mudanças pessoais, que procuraram seus direitos, melhoraram a autoestima, procuravam novas perspectivas de vida com trabalho, faculdade e família. Jogando no penhasco os fatores que lhe mantinham presas em um destino de vida. Alguns relatos os maridos eram as vacas que tiveram que jogar no penhasco.

Outro fator importante do grupo foi a união entre as participantes, percebendo que todas e todos estavam em um mesmo movimento de superação, inclusive da equipe técnica, fortalecendo os vínculos e o sistema de assistência e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas Volume 1: SUAS: Configurando os Eixos de Mudança.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.** Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em: 09 jul 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.** Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em: 11 jul 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado:** trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOVERNO, Ana Rita Lopes. **Quem muito abarca pouco abraça?:** a percepção das famílias pobres multidesafiadas sobre as competências em diferentes níveis de apoio formal. Dissertação de mestrado em Psicologia. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses:** Mensuração a partir do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico. Curitiba: IPARDES, 2012.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

MARTÍN–BARÓ, Ignácio. **Guerra e saúde mental.** Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/>. Acessado em: 17 ago 2018.

MELO, Ana Teixeira; ALARCÃO, Madalena. Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: proposta de um modelo global de organização. **Psicologia & Sociedade**; n. 21 (1), p. 55-64, 2009.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Cartilha Família Paranaense:** uma nova vida começa aqui. Curitiba: SEDS, 2012.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Manual de orientação para o acompanhamento familiar.** Curitiba: SEDS, 2017.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Manual de orientação:** Instrumentos de compromisso, diagnóstico, planejamento e acompanhamento das famílias. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br>. Acessado em: 05 jul 2018a.

PARANÁ. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. **Sistema Família Paranaense.** Disponível em: <http://www.familia.seds.pr.gov.br/Pa/index.jsf>. Acessado em: 12 jul 2018b.

Revista Resistência Litoral (Matinhos PR), Vol. 1 N. 2 p. 75 – 100, jan/jun de 2023. ISSN: 2764-3174

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>

Direitos Autorais: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



RODRIGUES-FILHO, Luciano Ferreira; COSTA, Ilton Garcia da. **Direito e Psicologia: o sujeito em inclusão**. Curitiba: Instituto Memória, 2016.

RODRIGUES-FILHO, Luciano Ferreira. SILVA, Diego Nassif. **Pacificação e inclusão social: o sujeito e sua moradia na cidade, estudo do caso da Vila XV de novembro do município de Jaboti/PR**. IN: CACHICHI, R. C. D.; COSTA, I. G. da; LEÃO JUNIOR, T. M. de A. Paz, *Direito e Política*. Curitiba: Instituto Memória, 2016.

SILVA, Diego Nassif. O apedrejamento de Soraya M. e o caleidoscópio jurídico. **Rev. Eletrônica Feati**, ed. 11, v.1 n. 1, Ibaiti/PR: FEATI, 2015.

SOUSA, Liliana. **Famílias multiproblemáticas**. Coimbra: Quarteto, 2005.